

Comissão de Adequação dos Planos de Carreira realiza nova reunião

O foco da discussão foi a carreira dos funcionários

Na segunda-feira (03), foi realizada a segunda reunião da 'Comissão de Estudos para a Adequação dos Planos de Carreiras dos Professores pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério (QPM) e dos Funcionários pertencentes ao Quadro de Funcionários da Educação Básica (QFEB)'. O grupo se reuniu na Secretaria de Estado da Educação (Seed) e o foco foi a carreira dos funcionários.

Pela APP-Sindicato, participaram da reunião a presidenta da entidade, professora Marlei Fernandes de Carvalho, o secretário de Funcionários José Valdivino de Moraes e o secretário de Imprensa Luiz Carlos Paixão da Rocha. Participaram pela Seed: Olga Samways, Joice Mudrek, Edla do Rocio Romano e Claudia Machado. Confira os tópicos trabalhados.

Valorização profissional - A principal reivindicação hoje em relação aos funcionários é que o ensino superior seja incorporado ao plano de cargos e salários do agente educacional I e a pós-graduação para os agentes educacionais II. A APP entende que todos os funcionários

são educadores e que isso estimula a continuidade dos estudos e eleva a qualidade da educação. Além do mais, um patamar maior de conhecimento contribuir para a discussão da gestão democrática e medidas educacionais dentro da escola. A Seed reconhece essa importância e o próximo passo é formatar um estudo de impacto financeiro dessa medida.

Recessos - A Seed ficou de apresentar na próxima semana a proposta de alteração de texto da regulamentação para garantir que o recesso de final de ano não seja descontado das férias e os recessos do calendário escolar sejam respeitados. A exceção é a não possibilidade do fechamento completo em julho. O mês de janeiro também não é recesso e sim férias.

Cargo técnico - A APP colocou em pauta a possibilidade de que os cargos de agentes sejam técnicos. Houve um debate inicial. A comissão solicitou que os argumentos da APP sejam documentados para levarem a discussão adiante. A APP reivindica o



Comissão trabalhará três meses para readequar os Planos de Cargos e Salários

cargo técnico a partir da profissionalização da área 21 (ProFuncionário).

Auxiliares Administrativos - Este tema também foi debatido à exaustão. Deverá ser criado um novo código e o detalhamento da função. O que ainda fica pendente é a condição do salário que a APP defende que seja criada uma solução, pois esses trabalhadores estão enquadrados como Agentes I e desempenham a função de Agente II. Esse tema também é um dos itens mais importantes na negociação do Fórum dos Servidores na Seap.

Concurso de Remoção - Os

funcionários que necessitam mudar para outras escolas ainda não contam com um concurso de remoção, como acontece com os professores. O GRHS da Seed debate o problema da fixação e da proposta de remoção para que não haja nenhum prejuízo do local de trabalho de cada um.

O prazo total é de 90 dias para finalizar os estudos e apresentar uma proposta de ajustamento dos planos. A primeira reunião foi no dia 13 de setembro e a próxima está marcada para a próxima segunda-feira (10).

APP volta a questionar exclusão da aula extraordinária do PDE

Em reunião na Secretaria de Educação, entidade apresentou alternativas à medida

Na manhã desta terça-feira (4), a direção da APP-Sindicato voltou a se reunir com o secretário de Educação e equipe para discutir a Resolução nº 4.128/2011, que trata da edição do próximo ano do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). Na conversa, a entidade mais uma vez enfatizou o prejuízo que será imposto aos professores que possuem apenas um padrão de 20 horas - cerca de 25 mil -, caso seja mantido o entendimento da Secretaria de Estado da Educação (Seed) sobre a exclusão das aulas extraordinárias do primeiro ano do Programa.

Pela APP, participaram da reunião a presidenta do sindicato, professora Marlei Fernandes de Carvalho, o secretário de Imprensa e Divulgação Luiz Carlos Paixão da Rocha, o deputado estadual e ex-presidente da APP Professor Lemos, e a assessora Jurídica da entidade, a advogada Gisele Soares. Pelo governo do Estado participaram o secretário de Educação Flávio Arns, a superintendente de Educação Meroujy Cavet, o diretor geral da Seed Jorge Wekerlin, o chefe de Recursos Humanos da Secretaria Arnaldo Moreira, o coordenador estadual do PDE Cassiano Ogliari e Hatsuo Fukuda, procurador do Estado.

A direção do sindicato lembrou que, nos anos anteriores, aos educadores que participavam do PDE e possuíam apenas um padrão de 20 horas - e que complementava a carga horária com aulas extraordinárias (mais 20 horas) - era dado o direito de se afastar da carga horária completa, isto é, das 40 horas. Com a nova resolução, o educador nesta situação só terá garantido o 100% de afastamento sobre o seu padrão de 20 horas. Para assegurar isto, o inciso II, §

1º, Artigo 4º da nova norma informa que é vedado a qualquer selecionado do PDE participar da distribuição de aulas de 2012.

Alternativas - Diante da argumentação do governo, de que a Lei Complementar nº 130/2010 - que regulamentou o PDE como política de Estado -, no seu Artigo 8º, trata do afastamento de 100% sobre a carga horária, mas não especifica as aulas extraordinárias, a APP apresentou duas alternativas: a criação de uma bolsa que garanta aos professores que tenham apenas um padrão a complementação do salário e a alteração da Lei, tornando clara a admissão das aulas extraordinárias no período de afastamento previsto para aqueles que cursam o Programa.

A posição da Secretaria na reunião foi de manter a Resolução como está. Sobre a criação da bolsa - sugerida pelo sindicato após o governo garantir que a definição sobre a exclusão das aulas extraordinárias não advir de problemas financeiros -, a Seed afirmou que analisará a sugestão. Sobre a mudança na lei, a Secretaria não se posicionou. Em vista disso, a APP vai, na tarde desta terça-feira (4) à Assembleia Legislativa do Paraná. O objetivo é conversar com os deputados para que estes interfiram no processo e alterem a Lei 130/2010.

A direção da APP também solicitou que a categoria, em especial os professores e professoras que serão diretamente prejudicados pela medida, escreva para deputados estaduais e governador apontando a injustiça provocada pelo inciso da II da Resolução nº 4.128/2011.

Veja, no site da APP-Sindicato (www.appsinstituto.org.br), os e-mails do governador e dos parlamentares.

5º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais

Atividade avalia as possíveis alternativas no campo do desenvolvimento econômico e social para os países latinoamericanos

De 9 a 12 de outubro, será realizado, em Cascavel, o '5º Seminário Nacional. A atividade tem apoio da APP-Sindicato. O evento é promovido a cada dois anos e, segundo os organizadores, visa estimular a produção de conhecimento nas diferentes

áreas do conhecimento, contribuir com a formação de pesquisadores, alunos, trabalhadores e profissionais, facilitar a troca de experiências entre pesquisadores e instituições em âmbito nacional e internacional, além de realizar um balanço do atual processo

político vivido pela América Latina.

Nesta edição, o tema central é 'As políticas sociais nas transições latinoamericanas no século XXI: tendências e desafios'. Nos dias 09, 10 e 11, o evento será realizado no Centro de Convenções e Eventos e

Cascavel (Av. Rocha Pombo esquina com Fortunato Beber, nº 987 - Pacaembu). No dia 12, as apresentações de trabalhos serão realizadas na Unioeste, nos prédios de sala de aula (Rua Universitária, nº 2069). O evento é gratuito.